



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Faculdade de Educação

THAMIRES ARAGÃO OLIVEIRA COSTA

A PARTICIPAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS NO NOVO ENSINO MÉDIO

BRASÍLIA – DF

MAIO/2022

THAMIRES ARAGÃO OLIVEIRA COSTA

A PARTICIPAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS NO NOVO ENSINO MÉDIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Professora Orientadora: Doutora Caroline Bahniuk.

BRASÍLIA – DF

MAIO/2022

TERMO DE APROVAÇÃO

THAMIRES ARAGÃO OLIVEIRA COSTA

A PARTICIPAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS NO NOVO ENSINO MÉDIO

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília pela seguinte banca:

Prof. Dra. Caroline Bahniuk

Orientadora – Faculdade de Educação - UnB

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses

Faculdade de Educação – UnB

Prof. Dr. Marcio Bernardes de Carvalho

Instituto Federal de Catarinense - IFC

Prof. Dr. Rodrigo Diego de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Brasília, 12 de maio de 2022.

“Ensinar exige saber escutar. O Educador que escuta aprende a difícil missão de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele. Nenhum docente é portador da verdade a ser transmitida aos demais.” Paulo Freire.

AGRADECIMENTOS

O meu muito obrigada ao meu incrível Esposo, com “E” maiúsculo, que tanto me ajudou ao longo desse processo, desde antes da minha entrada na UnB até hoje. Ele, que poderia ter escrito esse TCC tanto quanto eu após me escutar falando sobre esse assunto 24h por dia; que forneceu suporte técnico para que eu conseguisse escrever; e, principalmente, que me apoiou e me incentivou nos dias em que eu me sentia pra baixo e vibrou comigo todas as vezes que eu conseguia avançar nas pesquisas e na escrita. Obrigada, Lindo Breno.

A minha incrível mãe, Guaraci, que também me incentiva tanto e acredita no meu potencial desde que eu era apenas uma criança questionadora e falante.

Ao meu pai, Jáqson, por ter investido na minha educação ao longo dos anos e por ter sustentado o meu vício em livros.

Aos meus irmãos, Éder e Jáqson, por terem feito minha infância tão feliz e, assim, me fazer valorizar tanto essa etapa da vida.

Às colegas e aos colegas de profissão que fiz em minha extensa carreira profissional como Estagiária.

À Professora Caroline Bahniuk, que pacientemente me acolheu apenas alguns meses antes da apresentação do TCC, por toda a compreensão e por ter me ensinado tanto.

À Thamires do passado, que não desistiu e chegou até aqui!

E, claro, a Deus, por ter me sustentado até aqui, principalmente nos dias em que a fila do 110 dava voltas na Rodoviária do Plano Piloto, e por ter colocado em meu caminho pessoas tão especiais que acrescentaram tanto em minha vida profissional e pessoal.

Obrigada!

RESUMO

A Reforma do Ensino Médio chamou bastante atenção por conta de seu caráter impositivo após ter sido aprovada por meio de Medida Provisória no ano de 2016. Essa forma de implementação reduziu a participação popular em sua discussão, fazendo com que não houvesse diálogo entre as partes que mais sentirão o impacto da reforma: professores e estudantes. Frente a isso, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar a participação das entidades empresariais na referida reforma, desde antes da sua aprovação até sua implementação nas escolas. Os objetivos específicos buscam explicar qual a concepção de educação dessas entidades e que tipos de sujeitos elas pretendem formar. Para tanto, foi feita uma pesquisa qualitativa por meio de revisão bibliográfica de autores que têm criticado a reforma empresarial da educação que têm contribuído para que a reforma seja efetivada nas escolas brasileiras. Percebemos com a pesquisa o extenso alcance dessas instituições na definição da política educacional, bem como no desenvolvimento de programas junto às escolas públicas brasileiras e a formação de professores, afinados com a Reforma Empresarial da Educação.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Reforma Empresarial da Educação; Entidades Empresariais.

SUMÁRIO

1. Memorial.....	8
2. Introdução	13
3. O Novo Ensino Médio.....	16
3.1. As audiências públicas: da MP 746 à lei 13.415.....	17
3.2. Principais Mudanças no Novo Ensino Médio	22
3.3. A formação de Sujeitos Flexíveis - a relação entre escola e trabalho no Ensino Médio	24
4. A Participação das Entidades Empresariais na Implementação do Novo Ensino Médio.....	27
4.1. A Reforma Empresarial na Educação	27
4.2. Os Empresários e o Novo Ensino Médio	30
5. Conclusão	42
6. Referências	45

1. Memorial

Me chamo Thamires Aragão Oliveira Costa, nasci no ano de 1997 e sou a mais nova de três filhos. Meus pais são Guaraci Aragão Oliveira e Jáqson Oliveira e meus irmãos são Éder Pedro, 10 anos mais velho que eu, e Jáqson, 3 anos e 9 meses mais velho que eu. Sempre fui uma criança muito falante e, por muitas vezes, meus irmãos me escutaram falar incansavelmente sobre assuntos do meu interesse que, confesso, nem sempre eram do interesse deles. Tive uma infância incrível ao lado deles, dos meus primos e amigos. Sempre fui muito apegada à minha família, em especial a minha mãe. Aonde ela ia eu ia atrás, literalmente agarrada nas pernas dela.

Indo para minha experiência escolar, entrei para a escola no ano de 2001, dois meses antes de completar 4 anos. Estava muito empolgada para o ano letivo começar. Lembro até hoje do dia que compramos meus materiais escolares e do cheirinho de coisas novas que eles exalavam. Enchi muito a paciência da minha mãe perguntando se o início das minhas aulas estava chegando e, quando finalmente chegou, eu não quis ir. Chorei muito e assim permaneci durante um bom tempo porque sentia uma falta inexplicável da minha mãe. Meu drama foi diminuindo graças a minha primeira referência de professora: a Tia Denise. Ela era super atenciosa e, por conta disso, criei um laço muito forte com ela e sei que ela me ajudou muito a superar o trauma de ficar longe da minha mãe. Depois de um longo período, eu finalmente passei a gostar da escola. Aprendi a ler e escrever no Jardim 2 e me lembro que no Jardim 3 já gostava muito de gramática. Gostava muito, também, de brincar de escolinha, imitando as minhas professoras e tias, que também eram professoras na época, passando tarefas de casa para meus alunos de mentira ou para meus irmãos. Em um ano eu pedi um quadro branco de presente de Natal para o meu pai e confesso que foi um dos presentes que mais usei. Passava horas brincando de escolinha, espalhava – e colava! - papeis pela casa fingindo que eram meus murais e fazia provas usando livros antigos dos meus irmãos. Minha relação com meus colegas de sala também era muito boa. Conseguia conversar com todos da sala, o que era uma reclamação recorrente

das minhas professoras nas reuniões de pais, mas sempre tive boas notas e bom comportamento.

O Ensino Fundamental I foi um período de descobertas. Minha professora do 2º ano do Ensino Fundamental foi a mesma Tia Denise que me deu aula na educação infantil. Ela fez um “Projeto Literário” com a minha turma que me fez amar a literatura até hoje. No ano em que estava indo para a 4º ano precisei mudar de escola. Era uma escola particular que ficava bem mais longe da minha casa e, além de ter que deixar meus amigos, ainda tive que começar a acordar bem cedo e andar de ônibus. Esses eram os meus maiores problemas na época. No início foi um pouco difícil para me adaptar, mas um tempo depois, graças ao meu irmão que era bastante popular, já conhecia todo mundo. Nessa nova escola comecei a me interessar mais pelos esportes, em especial pelo futebol. Tínhamos Feiras de Ciências e Feiras Culturais e lembro dos temas que apresentei em cada ano até hoje. Por ser uma escola menor, todo mundo brincava junto, independentemente da idade. Éramos muito unidos, pelo menos até a chegada dos jogos interclasse. Aprendi muita coisa durante esse período e sou muito grata pelas pessoas que fizeram parte dele.

O Ensino Fundamental II foi marcado por mudanças. A primeira delas na 5ª série, que passou a ser chamada de 6º ano. A partir desse ano eu passei a ter mais matérias e mais professores, que cobravam muito mais de nós, alunos, e muitas foram as tardes em que precisei ficar na escola para fazer trabalhos. Na 6ª série, atual 7º ano, meus pais me mudaram para uma escola particular muito maior e com muitos mais alunos. Eu, acostumada com uma escola pequena em que almoçávamos na mesma mesa que a diretora, senti um baque enorme. Esse foi o ano em que meu relacionamento com a escola foi mais conturbado. A escola tinha muitos problemas de gestão e não era raro a polícia aparecer por lá por conta de denúncias de roubo em salas de aula, brigas e até mesmo uso de drogas.

Todas essas coisas ruins me fizeram mudar de escola mais uma vez no 8º ano. Fui para uma outra escola particular que era um pouco menor e de lá não saí mais até me formar no Ensino Médio. Nessa escola também tínhamos Feiras de Ciência e Olimpíadas, que eu amava por me interessar muito pelos esportes. Assim como nos outros anos, tive um pouco de dificuldade nas primeiras semanas, mas

logo consegui me adaptar e fazer novas amizades. Os amigos que fiz nessa escola, doze anos atrás, fazem parte da minha vida até hoje.

No 9º ano, último ano do Fundamental, éramos tratados como “pré- médio”. A cobrança de conteúdos e trabalhos passou a ser um pouco maior e o terror do PAS começou. Também passamos a ter aulas de Física e Química que se tornariam um pesadelo para mim nos anos de Ensino Médio.

O 1º ano do Ensino Médio não foi levado muito a sério nem por mim e nem pela maioria dos meus amigos. Minha sala no início do ano era bem cheia e quando o ano terminou vários colegas acabaram reprovando. Foi a primeira vez que fiquei em recuperação. A matéria era física e eu estudei tanto para passar que lembro até hoje do conteúdo.

O foco da maioria das escolas do Distrito Federal na época era o PAS. Por conta disso, o currículo das matérias era totalmente voltado à matriz de objetos do Programa. Tínhamos saraus literários e nas matérias de Artes Visuais, Literatura, Música e Artes Cênicas os professores cobravam vários trabalhos sobre as obras que estavam na matriz do PAS.

O 2º ano foi um dos meus melhores anos letivos. Foi nesse ano em que decidi que queria ser Professora de Biologia. E, finalmente, o 3º e último ano do Ensino Médio. Foi um ano de muita pressão por conta do vestibular, tanto por parte da escola quanto por minha parte, mas consegui passar por tudo sem muito desespero pois tinha amigos que tornaram a caminhada mais tranquila.

Depois de 2 anos formada no Ensino Médio, finalmente ingressei no Ensino Superior. Fiz cursinho preparatório para o vestibular da UnB durante 3 semestres e tentei Biologia 2 vezes, mas não consegui entrar. Meu nervosismo me atrapalhava sempre e eu não conseguia colocar em prática tudo o que tinha aprendido. Até que, no ano de 2016, a UnB surgiu com um sistema que permitia que fosse feita a troca de curso após o resultado da nota no vestibular. Pensei muito no que faria caso não conseguisse passar para Biologia mais uma vez. Depois de uma conversa com a minha mãe, em que ele me lembrou de quando eu costumava brincar de professora sozinha, decidi que minha segunda opção seria Pedagogia. Quando o resultado saiu, vi que minha nota era suficiente para o curso

e fiz a troca de opção. No dia 11 de julho de 2016, lá estava meu nome na lista de aprovados na UnB. Meu sonho finalmente começava a tomar forma. Foi uma alegria muito grande para mim, para minha família e para vários professores que acompanharam meu sofrimento durante esses dois anos.

Entrar na UnB não foi fácil e permanecer nela foi menos ainda. Meu então namorado e agora esposo, Breno, me incentivou a procurar um estágio no meu segundo semestre. Logo fui aceita em uma escola particular de Brasília e lá tive meu primeiro contato com a sala de aula. Apesar de ter me privado de fazer e aproveitar algumas coisas da Universidade, a experiência de trabalhar desde o início da graduação foi muito boa para mim. Eu pegava apenas o mínimo de matérias por semestre para conseguir conciliar a rotina e ter um bom aproveitamento nas disciplinas e conseguia relacionar a teoria que aprendia em sala com a prática do trabalho. O estágio também foi essencial para meu desenvolvimento pessoal pois conseguia administrar meu dinheiro e meu tempo.

Ao longo dos meus 10 semestres – ufa! – de UnB e 3 estágios diferentes, eu passei por diversos caminhos e pensei em vários possíveis temas de TCC. Sempre gostei muito de Psicologia da Aprendizagem e, acho que por um resquício da Thamires apaixonada por Biologia que ainda habita em mim, achava muito interessante entender como funcionava os processos mentais por trás da aprendizagem. Também me interessava muito pela área da Psicologia do Desenvolvimento, o que me fez gastar vários dos meus créditos em matérias optativas no Departamento de Psicologia. Outra área de interesse, graças as incríveis aulas das professoras Maria Alexandra Militão e Maria Fernanda Cavaton, foi a psicogênese da escrita, os desenhos e as brincadeiras espontâneas das crianças. Também me interessava bastante pela área de História da Educação. Participei de um grupo de pesquisa na área e cheguei até a iniciar um projeto de TCC sobre o tema, mas precisei mudar de rota no meio do caminho. Comecei a me interessar pelo tema de Educação e Trabalho depois da disciplina Projeto 3.2 com a professora Caroline Bahniuk, orientadora desse trabalho, que tinha como temática: Juventude, Trabalho e Escolarização. Caí de paraquedas no tema, mas desde o início me interessei bastante. Como acontece todas as vezes em que me gosto de algo, passei um bom tempo conversando com meu esposo, mãe, amigos

e quem mais quisesse ouvir sobre o quanto o Novo Ensino Médio era problemático. Foi então que decidi que queria estudar um pouco mais a fundo sobre esse tema e que queria fazer meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre ele.

Hoje, consigo perceber que fiz uma escolha bastante acertada em relação à Pedagogia. Encontro muitas dificuldades no dia a dia exercendo a profissão e, por conta disso, não sei se conseguirei seguir sendo professora por tanto tempo, assim como minhas tias. No entanto, eu vejo o quanto a Pedagogia e a UnB transformaram a minha visão de mundo e abriram meus horizontes. A minha vontade de aprender e conhecer coisas novas só aumentou depois desses quase 5 anos de Universidade. Por conta disso, percebo que esse é apenas o primeiro passo da minha caminhada e que ainda há muitas outras áreas de interesse para que eu possa explorar.

2. Introdução

A reforma do Ensino Médio vem sendo discutida há alguns anos, pois refere-se à disputa pela sua finalidade. Podemos perceber essa indicação de reforma no Plano Nacional de Educação de 2014, por exemplo, que diz que deve ser institucionalizado um programa de renovação do Ensino Médio para combater problemas como os baixos índices brasileiros nas avaliações em larga escala, tanto nacionais quanto internacionais, a evasão escolar nessa etapa da educação e a dificuldade dos jovens para entrar no mercado de trabalho, o que demonstra que, apesar da reestruturação do Ensino Médio ter sido aprovada de forma muito rápida, através da Medida Provisória nº 746/2016, essas indicações de reformulações já vinham sendo desenvolvidas e planejadas a mais tempo.

Nesse processo não houve diálogo suficiente para a implementação da reforma, o que pode ser revelado pela publicação de um instrumento antidemocrático, como a referida Medida Provisória, que não ouviu os setores mais envolvidos com a educação: educandos, docentes e suas entidades representativas. Mas, se não houve diálogo com esses sujeitos, quem articulou a reforma? Quem participou da sua elaboração antes que ela fosse imposta como MP? Quem são aqueles que possuem interesse e conseguiram pautar essas mudanças nessa etapa tão decisiva da Educação? E por que possuem tanto interesse?

Numa primeira aproximação ao tema, fomos percebendo que as entidades empresariais foram bastante ativas em discussões da reforma do Ensino Médio, participando de maneira direta nas audiências públicas da MP nº 746/2016, ou de maneira indireta promovendo cursos, eventos e publicidade sobre a reforma. Alguns exemplos dessas entidades são: Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Fundação Itaú para Educação e Cultura, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura e entidades que são mantidas por essas empresas e que dizem lutar por uma educação melhor, como o Movimento Todos Pela Educação, conglomerado de entidades empresariais formada em 2005 e que teve grande participação na reforma.

Ao ler o texto e a proposta da reforma, fica claro o porquê dessas empresas estarem tão interessadas nela. O enfoque no Ensino Técnico e na inserção dos jovens no mercado de trabalho mostra que o setor empresarial está buscando

formar mão de obra qualificada. Ainda é possível ver que na maioria dos sites das entidades mencionadas, há um discurso de que nas universidades não há lugar para todos. Ou seja, não há interesse em investimentos nessa etapa da educação, já que ela é para poucos. De fato, muitos jovens de escolas públicas saem do Ensino Médio sem expectativa de futuro pois não possuem qualificação para o mercado de trabalho e participam de uma competição desigual com alunos da rede privada que possuem todo o apoio para entrar na universidade. Os poucos que conseguem entrar enfrentam muitas dificuldades para se manter no Ensino Superior. No entanto, políticas públicas deveriam ser pensadas para que essa desigualdade diminua, e a reforma do Ensino Médio aponta para um caminho que, provavelmente, trará ainda mais desigualdade.

O objetivo geral deste trabalho é investigar a participação das entidades empresariais no Novo Ensino Médio, desde a aprovação da reforma e na sua implementação nas redes de ensino públicas do Brasil, desvelando os reais interesses dessas instituições, e que tipo de jovens essas entidades querem formar. Como objetivos específicos destacamos compreender a concepção educacional defendida pelas entidades empresariais e sua relação com o processo de acumulação flexível e precarização do mundo do trabalho em curso, levantar e sistematizar as principais entidades empresariais atuantes na atual reformulação do Ensino Médio e compreender a forma de atuação dessas entidades na apropriação do espaço público.

Para cumprir o objetivo, realizamos uma pesquisa qualitativa por meio de revisão bibliográfica de autores críticos à reforma empresarial da educação e sua relação com a formação de trabalhadores no contexto da acumulação flexível, adaptados a conviver com precarização da vida no atual estágio do capitalismo contemporâneo, dentre eles: FREITAS (2018), KUENZER (2017, FERRETI; SILVA (2017), MARTINS; PINA (2015) entre outros. O levantamento das entidades empresariais atuantes no Ensino Médio foi realizado por meio da análise das audiências públicas sobre a MP 746/2016, identificando a partir dela e da pesquisa de Bueno (2021) as principais entidades e suas concepções de educação. Também realizamos uma busca direcionada de informações nos sites oficiais das entidades selecionadas.

A monografia encontra-se estruturada em dois capítulos. No primeiro capítulo discutimos as audiências públicas da Comissão Mista da MP nº 746/2016, dando destaque às falas que representam a concepção de educação daqueles que eram a favor da aprovação da reforma, as principais mudanças no Novo Ensino Médio e a formação do trabalhador no contexto da acumulação flexível. No segundo capítulo discutimos como foi a participação das entidades empresariais na implementação do Novo Ensino Médio, passando pela perspectiva da Reforma Empresarial na Educação e quem são os empresários e entidades empresariais que estão por trás dessa reforma. Ao final, tecemos algumas considerações finais demonstrando a incidência das entidades empresariais na formação dos jovens nas escolas públicas do Brasil.

3. O Novo Ensino Médio.

O Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica, porém ele não é acessível a inúmeros brasileiros. Apesar de ter se expandido sua oferta significativamente nos últimos anos, ele só se tornou obrigatório com a emenda Constitucional nº 59, datada de 2009. No entanto, desde aprovação da Lei de Diretrizes e Bases há um aceno para sua progressiva obrigatoriedade, incorporando-o na Educação Básica, bem como a responsabilização prioritária dos estados na sua execução. Segundo os dados do Censo Escolar de 2021 (BRASIL, 2021), há 7,8 milhões de jovens cursando o EM. De acordo com o Censo, a taxa de reprovação dos estudantes registrada em 2020 do Ensino Médio da rede estadual, que atende 84,5% dos alunos de todo o país, foi de 2,7%. Já a taxa de abandono nesse mesmo ano foi de 2,3%.

Ao longo de sua trajetória, em particular no foco desse texto desde a aprovação da LDB, em 1996, o Ensino Médio é palco de muitas disputas e polêmicas. Desde então foram muitas legislações voltadas para esse nível de ensino, até chegar na Medida Provisória nº 746/2016, que culminou na aprovação da lei nº 13.415/2017. Como, por exemplo, foram elaboradas duas diretrizes curriculares pelo Conselho Nacional de Educação de 1998 e 2012, textos esses que “divergem substantivamente no que propõem quanto à identidade e às finalidades dessa etapa da educação” (SILVA; SCHEIBE, 2017, p. 21). Soma-se a elas o projeto Lei nº 6840/2013, que propôs alterações a esse nível de ensino muito semelhantes a atual reforma.

As disputas do sentido e da finalidade do Ensino Médio se aprofundaram nos últimos 20 anos. Neste capítulo, apresentaremos as entidades que estão envolvidas nessa disputa desde o processo de discussão da MP nº 746/2016 e as principais mudanças que foram feitas no Ensino Médio. Discutiremos, também, sobre a Formação dos trabalhadores no contexto da acumulação flexível, que busca atender as demandas defendidas pelo setor empresarial e do mercado de trabalho (SILVA; SCHEIBE, 2017).

3.1. As audiências públicas: da MP 746 à lei 13.415

O processo de tramitação da atual reforma do Ensino Médio foi conturbado e polêmico. A reforma foi instaurada por uma Medida Provisória, a MP nº 746, em um período em que outros assuntos controversos também foram aprovados, como a PEC nº 55, posteriormente transformada em Norma Jurídica como Emenda Constitucional nº 95, a qual congela os gastos sociais (saúde, educação, previdência e assistência social) por vinte anos, a Reforma Trabalhista, entre outros. Além disso, também havia acontecido o processo que resultou no Impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) e levou Michel Temer (MDB) à presidência da república, e em cerca de 1 mês do seu governo ocorre a publicação da referida medida que reestrutura profundamente o Ensino Médio no Brasil.

O ano também foi marcado pelo que ficou conhecido como Primavera Secundarista, em que cerca de 800 escolas públicas espalhadas por todo o Brasil foram ocupadas pelos estudantes em protesto contra tais medidas. O movimento, que também tomou conta de alguns Institutos Federais e Universidades, reivindicava maior participação no debate da reforma e a revogação da PEC nº 95.

O texto da Medida Provisória nº 746 foi assinado em setembro de 2016. Esse foi um ponto muito criticado, já que a sua publicação por meio da MP limitaria as discussões, trazendo prejuízos quanto à participação de educandos, educadores, estudiosos da educação e sociedade no debate para construção da reforma.

No entanto, anos antes, em 2012, num Requerimento feito pelo Deputado de Minas Gerais Reginaldo Lopes (PT), houve a solicitação da instauração de uma Comissão Especial para a Reformulação do Ensino Médio. Segundo Ferretti e Silva (2017), o projeto de lei resultante dessa comissão, o PL nº 6.840/13, continha muitos elementos da MP e conseqüentemente da lei nº 13.415/17. Para os autores, ele retomou as proposições da década de 1990, em especial as diretrizes curriculares do Ensino Médio (1998) para os quais a finalidade desse nível de ensino limita-se na adequação ao mercado de trabalho e as exigências dos organismos internacionais.

Porém, nesse período, os desacordos e críticas geraram solicitações de mudanças em alguns pontos do PL nº 6.840/13. Essas culminaram na proposta de

um documento chamado de Substitutivo Global, que visava abarcar algumas das mudanças solicitadas e pontos que ainda careciam de debate. Vale mencionar que o PL estava pronto para pauta no plenário em 2015, porém as disputas políticas que levaram ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff acabaram por não priorizar essa discussão (SILVA; SCHEIBE, 2017).

Para compreender melhor as motivações, debates presentes no processo da transformação da medida provisória em lei, assistimos as gravações de um conjunto de onze reuniões e audiências públicas sobre a MP nº 746/2016, realizadas no período compreendido entre outubro e novembro de 2016. Para essas audiências, além dos representantes do ministério da educação e parlamentares, foram convidados secretários de educação e diversos representantes de entidades e associações, contrários e a favor da reforma, (vamos identificar e analisar os presentes nessas audiências no capítulo dois). Concordamos com Ferretti e Silva (2017), que afirmam a limitação do debate proposto, uma vez que não foram acolhidas as críticas à proposta da MP e nem feitas modificações substantivas para aprovação da lei nº 13.415/17.

Nas audiências, o relator da MP, o Senador Pedro Chaves (PSC), do Mato Grosso do Sul, destacou várias vezes que apesar do instrumento de MP, essa seria uma Medida Provisória altamente democrática, uma vez que ele estava disposto a escutar estudantes e professores. A Comissão Mista que discutiu a MP e contou com a presidência do Deputado Izalci Lucas (PSDB), do Distrito Federal. Nessa direção, em uma das audiências reservadas para ouvir os representantes da UNE e da UBES, entidades estudantis representantes dos estudantes brasileiros, foi marcada por autoritarismo e protestos e os estudantes foram impedidos de entrar no Parlamento. A própria representante da UNE, Carina Vitral, mencionou na sua fala na 5ª audiência, realizada no dia 09 de novembro de 2016, que quase havia sido desconvidada para participar, medida tomada por Renan Calheiros (MDB) após a confusão com os estudantes na Câmara dos Deputados. Isso demonstra que, no discurso, os membros da mesa da comissão estavam dispostos a realizar o debate, mas na realidade os estudantes e os outros setores enfrentavam muitas dificuldades e barreiras para serem ouvidos.

Outro ponto de destaque presente nas audiências no processo de tramitação da MP é que o Deputado Reginaldo Lopes (PT), o autor do PL nº 8.640/2013, se posicionou contra a MP já na primeira reunião realizada pela comissão mista, no dia 19 de outubro de 2016. O deputado não achava certo que um assunto tão importante fosse discutido tão rapidamente, mesmo com o debate acumulado do PL. Ainda era necessário resolver questões sobre financiamento, estabelecimento de carga horária e sobre o Ensino Noturno e a EJA. Além disso, a reforma só passaria a valer 2 anos após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, que ainda não havia sido finalizada. O Deputado não entendia a pressa para tratar do assunto, sendo que a reforma não seria implementada imediatamente após a publicação.

Percebemos com as manifestações nas audiências que aqueles que defendiam a reforma por MP o faziam por acreditar que o assunto demandava uma certa pressa. Segundo eles, era melhor fazer uma reforma imperfeita que precisasse de melhorias no futuro do que discutir por mais tempo e deixar mais uma geração completar o ciclo da educação básica sem mudanças. Tal celeridade pode ser vista na rapidez em que a lei foi aprovada, com a utilização da medida provisória, a qual foi publicada em 23 de setembro de 2016 e cinco meses depois, em 16 de fevereiro de 2017, foi transformada em lei, alterando significativamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Percebemos essa rapidez no calendário das audiências, já indicado de antemão pelo relator a necessidade de aprovação do parecer da lei ao final de novembro. Inclusive, a oposição fez duras críticas ao fato de que o calendário foi imposto sem a oportunidade de mudanças e ajustes. Também, o tempo de exposição dos convidados era relativamente curto e insuficiente para que eles respondessem perguntas feitas pelos parlamentares ou até mesmo pela população através da internet e do telefone do senado.

Na sexta audiência pública, que aconteceu no dia 16 de novembro de 2016, os convidados foram Rodolfo Fiorucci, Diretor Geral do Campus de Jacarezinho do Instituto Federal do Paraná - IFPR e Rafael Ribas Galvão, Diretor de Ensino do IFPR. Ambos também atuam como professores da área de História no Instituto. Nessa audiência, os diretores mostraram o êxito que o campus de Jacarezinho vinha apresentando após uma reforma curricular parecida com a reforma proposta pela MP. O sistema de disciplinas funciona por áreas de conhecimento, há

disciplinas eletivas que são montadas com extensa participação da comunidade estudantil e discente e também há itinerários formativos. No entanto, ao contrário da MP, cada educando deve fazer 810h em cada área do conhecimento, que podem ser feitas da maneira que ele e a família acharem melhor. A estrutura do IFPR também conta com diversos laboratórios e os professores trabalham em regime de dedicação exclusiva, com remuneração acima da maioria dos professores das redes estaduais de ensino e, em geral, com maior formação com presença de mestres e doutores, o que os permite trabalhar nos eixos de ensino, pesquisa e extensão.

Na audiência mencionada, alguns deputados e senadores chegaram a louvar a experiência do campus Jacarezinho dizendo que, como sua estrutura curricular era parecida com a proposta pela reforma, ela daria certo, desconsiderando outros elementos de estrutura e formação presentes nos Institutos Federais. Na MP, por exemplo, a previsão orçamentária para as escolas de ensino integral era de apenas quatro anos. Depois de vários debates, a edição final do texto estabeleceu que esse período seria de 10 anos, a depender da disponibilidade orçamentária do MEC e muito aquém da necessidade de equipar as escolas públicas para atender os estudantes em ensino integral com laboratórios e outras condições estruturais. Apesar do avanço no período de previsão orçamentária, há diversos pontos em relação ao financiamento que não ficaram claros na reforma, o que dificulta bastante a sua implementação.

A falta de detalhamento do texto a respeito do financiamento foi um dos pontos questionado nas audiências, até mesmo por aqueles que apoiavam a reforma. Existe uma preocupação com um desequilíbrio de investimentos para o Ensino Médio em relação aos demais níveis da educação básica. Outros pontos bastante criticados foram o Ensino Noturno e a Educação de Jovens e Adultos. Essas duas modalidades foram praticamente esquecidas, uma vez que as mudanças praticamente inviabilizam a permanência delas. Muito se falou em educação integral nas escolas regulares, mas não ficou especificado como isso acontecerá nas turmas do noturno. Esses alunos receberão uma educação diferenciada, de qualidade inferior? Como será organizado o seu currículo? Tendo em vista que a maioria trabalha durante o dia e estuda durante a noite, um possível aumento da carga horária não faria com que a evasão aumentasse? Tais pontos permaneceram sem respostas até a publicação da lei.

É importante lembrar que aqueles que defendiam a reforma sempre mencionavam os sistemas educacionais da Coreia do Sul, da Finlândia e do Japão, como presente na fala de Rossieli Soares da Silva, então Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, na terceira audiência, realizada em 1º de novembro de 2016. Esses países realizaram grandes reformas educacionais que reestruturaram toda a sua rede de educação com propostas que em alguns pontos semelhantes com a referida reforma do Ensino Médio no Brasil. No entanto, pouco se falou sobre o quanto tais países investiram em estrutura e pessoal para que se desenvolvesse tais mudanças, nem as diferenças do contexto social entre esses países e o Brasil – desde o tamanho do país até a distribuição de renda e acesso à escolarização, entre outros.

Ao ouvir as falas dos parlamentares nas audiências, em geral percebemos que eles enxergam o dinheiro aplicado na educação como um gasto, e não como um investimento. Tal fato ficou bastante claro na 9ª reunião, realizada no dia 24 de novembro de 2016, com a fala do Deputado Rogério Marinho, do PSDB do Rio Grande do Norte, em que ele mencionou os altos investimentos que seu estado havia feito nos Institutos Federais. Segundo o deputado, os Institutos não estavam cumprindo seu propósito pois, ao invés de preparar os alunos para o mercado de trabalho, estavam preparando-os para as Universidades. Na visão de Rogério Marinho, o pensamento crítico e o desenvolvimento integral são uma perda de tempo. Sobre essa questão, Bueno (2021) que analisou essas audiências na sua dissertação, aponta que para os defensores da reforma do Ensino Médio, o modelo e a concepção de Ensino Médio desenvolvido por grande parte dos Institutos Federais são inviáveis para o conjunto da população e para as redes estaduais de ensino. Aqui, se expressa a lógica neoliberal de que investimento em educação é gasto, como dito anteriormente.

Em suma, o processo de tramitação da MP e a forma que ela foi implementada e supostamente discutida demonstram que ela já chegou pronta para ser aprovada, sem debates substanciais que envolvessem também professores e estudantes desde o chão da escola. A utilização de um instrumento antidemocrático como a MP impede a escuta e a democratização, pois aqueles que seriam mais afetados por ela - educandos e educadores -, tiveram sua participação bastante reduzida, bem como propostas de finalidades contrárias aos projetos em curso, de

cunho empresarial, de adequação ao mercado de trabalho, não foram ouvidos, apesar de alguns optarem por participar das audiências públicas.

3.2. Principais Mudanças no Novo Ensino Médio

A carga horária total do Ensino Médio antes da reforma era de 2.400h. Após a reforma, a carga passou para 3.000h nos cinco primeiros anos e pretende chegar em 4.200 horas, ao total. Sendo que, no máximo, 1.800 estão reservadas para formação básica geral, obrigatória para todos os educandos e amparada pela Base Nacional Comum Curricular e o restante para os itinerários formativos. Nessa nova configuração, há uma intensa perda de conteúdo geral:

A carga horária de componentes curriculares comuns corresponde a dois terços de um percurso de 3 anos com 800 horas por ano e a 60% de um percurso de 3 anos com 1.000 horas por ano; caso o percurso seja integral, com 1.400 horas por ano em 3 anos, o conteúdo comum corresponderá a 38% do total do curso, ou seja, pouco mais que um terço. (KUENZER, 2017, p. 334).

Em relação à organização curricular do Ensino Médio, em que se encontram as principais mudanças, ela será composta por uma parte comum e um itinerário formativo. A parte comum a todos os estudantes será voltada ao ensino de Português e Matemática, o que demonstra uma redução da formação básica e geral e um estreitamento curricular. Ao total, são cinco possibilidades de itinerários formativos: Ciências da Natureza e suas tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Matemática e suas tecnologias e Formação Técnico profissional. As escolas são obrigadas a ofertar ao menos 2 itinerários formativos em seu currículo. Esse, inclusive, foi um dos pontos criticados na MP que inicialmente obrigava a oferta de apenas um itinerário. Mesmo ampliando o número de itinerários, não fica garantida a liberdade de escolha dos educandos, ponto bastante divulgado nas propagandas do MEC sobre a reforma, já que sua escolha estará de certa forma limitada pelos itinerários formativos presentes na sua escola.

Há também a inclusão do chamado Projeto de Vida que pretende auxiliar os estudantes na escolha dos caminhos que desejam trilhar dentro das suas escolas com base nos itinerários formativos ofertados. A ideia é que os educandos possam

ser orientados durante os três anos do Ensino Médio, e está diretamente ligado com o projeto de futuro e de inserção profissional dos estudantes, ou na adequação dos jovens ao mercado de trabalho, cada vez mais precarizado e flexível, conforme discutiremos no ponto a seguir. Essa ideia do Projeto de Vida remete aos conceitos de sujeito neoliberal e empresa de si mesmo, de Dardot e Laval (2016) de que cada um é responsável pelo seu próprio sucesso e que o que definirá se uma pessoa terá sucesso ou não é apenas o grau de comprometimento que ela coloca nas suas metas, independente de questões sociais. A reforma traz com força o discurso meritocrático de que, para ter sucesso, os jovens só precisam saber gerir bem os seus projetos de vida e serem os protagonistas das suas próprias histórias. De fato, é preciso que os jovens sejam encorajados a fazer escolhas, mas também é importante que eles sejam capazes questionar condições desumanas de trabalho e jornadas exaustivas, questões essas que retomaremos mais adiante neste capítulo.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) também passará por mudanças. Os múltiplos caminhos dos itinerários formativos e a redução da formação geral implicarão na reestruturação do ENEM. Em março deste ano, o MEC apresentou a proposta do novo ENEM, definindo que os candidatos farão duas provas: uma com o conteúdo referente à formação geral da BNCC, redação e inglês e outra voltada para a formação específica que terá como referência os itinerários formativos (MEC, 2022).

No entanto, a mudança no ENEM traz preocupações a respeito da elitização do acesso às Universidades, objetivo esse implícito da reforma do Ensino Médio. Para os dirigentes atuais do Brasil, no momento de realização dessa pesquisa, a universidade deveria ser para poucos, como registra a fala do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, em 09 de agosto de 2021¹.

O Novo Ensino Médio começou a ser implementado em 2017, de forma progressiva, ou seja, a maioria das redes de ensino optou por destacar algumas escolas denominadas pilotos para iniciar as mudanças. Depois de cinco anos de aprovação da lei, ela passou a valer para todas as escolas de Ensino Médio de todo o país a partir do início do ano letivo de 2022. O período integral será implementado

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em 16 de maio de 2022.

parcialmente, com aumento progressivo da carga horária a cada ano, até chegar em sete horas diárias. As mudanças do Enem começam a valer a partir do ano de 2024, quando as turmas iniciadas em 2022 estarão no último ano do Ensino Médio.

3.3. A formação de trabalhadores com subjetividades flexíveis - a relação entre escola e trabalho no Ensino Médio

Uma das principais justificativas dos que elaboraram e apoiam a reestruturação do Ensino Médio é haver, segundo eles, um atraso do Brasil nas matrículas de Ensino Técnico e Profissionalizante em relação a outros países. A proposta do Novo Ensino Médio (NEM), inclusive, pretende aumentar a taxa de matrícula dessa modalidade de ensino. A justificativa para tal insistência é de que apenas uma pequena parcela dos jovens que saem do Ensino Médio consegue uma vaga na Universidade. Aqueles que não entram na Universidade enfrentam várias dificuldades para encontrar emprego. A Educação Técnica e Profissional aparece, então, como uma alternativa para empregar esses jovens que não possuem experiência profissional e para alavancar a economia, segundo os reformadores. No entanto, vários pesquisadores da educação mostram os pontos negativos e preocupantes dessa proposta, do alinhamento acrítico da formação ao mercado de trabalho, cada vez mais precário, presente na proposta da reforma como um todo e de forma ainda mais evidente no itinerário técnico profissional.

O primeiro ponto que merece um destaque nesse debate é a formação dos trabalhadores com subjetividades flexíveis, abordada por Kuenzer (2017). De acordo com a autora, a educação está sintonizada com os princípios da forma de produção Toyotista ou melhor - o regime de acumulação flexível. Anteriormente os modelos de produção de base fordista/taylorista, uma acumulação rígida, predominante desde o início do século XX até meados da década de 1970, exigia da sociedade a formação de trabalhadores centrada em ocupações mais definidas e estáveis. Ou seja, aos trabalhadores, a maioria da população, era oferecida uma educação mais enxuta e específica e para outra, os futuros dirigentes, uma educação mais extensa e ampla que abrangia outras áreas do conhecimento. O operário que trabalhava nas fábricas só precisava saber a respeito da sua ocupação, não sendo necessário para ele entender a totalidade do processo de produção.

Com as crises do sistema capitalista, em especial na década de 1970, já não fazia mais sentido produzir em larga escala, pois o fordismo já não respondia às necessidades produtivas. A saída encontrada pelos capitalistas foi criar um modelo de produção sob demanda, chamado de Toyotismo ou Acumulação Flexível. Nesse modelo de produção, que está em vigor até hoje, foi possível obter uma maior personalização dos produtos, já que as empresas atenderiam às demandas dos consumidores. Com o avanço da tecnologia, muitas empresas adquiriram máquinas que passaram a realizar o trabalho de diversos trabalhadores da linha de produção. Sendo assim, houve a possibilidade de produzir mais com menos trabalho vivo. Esse fator contribuiu para uma reconfiguração no sistema produtivo: se antes a demanda era por trabalhadores altamente especializados em uma única função, agora, com a automação da produção, é necessário ter trabalhadores multitarefas/polivalentes, que operam mais de uma máquina ao mesmo tempo e atuam em diferentes momentos da produção, conforme a demanda.

Essas transformações no mundo do trabalho e a necessidade por trabalhadores polivalentes trouxe mudanças à educação. Houve um alongamento da escolarização, tornando-a mais genérica e não centrada em um único ofício para os trabalhadores, que desempenharam diferentes funções e atividades ao longo da sua vida. No entanto, para Kuenzer (2017), isso não significou uma formação mais ampla para os trabalhadores, uma vez que essa educação geral oferecida é rasa e aborda apenas o necessário para que o sujeito compreenda o mínimo, centrada em competências gerais voltadas a adaptação ao trabalho na atualidade. Seu princípio metodológico é firmado nas teorias pós-modernas, em que o processo histórico de aquisição de conhecimento é desconsiderado. Há, então, uma supervalorização do aprender a aprender, com a ideia de que o único caminho para a aprendizagem é a prática.

As formas de aprender nesse contexto também precisam ser flexibilizadas, como por exemplo o espaço e o tempo de aprendizagem. Há uma alta demanda por cursos Educação à Distância (EaD) em que, mais uma vez, a autonomia do estudante é vendida como algo benéfico, pois ele será responsável por estabelecer seu próprio ritmo de aprendizagem. O conhecimento, então, se torna mecânico, bastando ao aluno assistir as aulas apenas a fim de concluir uma carga horária previamente estabelecida. É de conhecimento geral que essa forma de enxergar a

aprendizagem e os educandos possui muitos limites e não se aplica à realidade da maioria dos estudantes brasileiros. É necessário que se tenha um ensino baseado na práxis em que o professor seja um mediador do conhecimento e que sejam encorajadas atividades tanto práticas quanto teóricas juntas e desassociadas.

Em suma, Kuenzer (2017) demonstra que a formação de trabalhadores flexíveis está muito presente na reestruturação em curso do Ensino Médio. Seu processo de discussão deixou claro o tipo de jovem que o setor produtivo deseja formar: o trabalhador polivalente. Tendo em vista a forma em que a sociedade está organizada, essa ideologia acaba por difundir a ideia de que conseguirá resolver a problemática social do desemprego. Para isso, basta o sujeito empreender, saber lidar com a rotatividade no trabalho e aprender a se virar frente ao desemprego. No entanto, muitos alunos não conseguirão entrar no mercado de trabalho formal e/ou prosseguir seus estudos em universidades, o que acaba por ser referenciado pela reforma e acarretará na aceitação da precarização da vida e do não acesso ao Ensino Superior pela maioria da população.

4. A Participação das Entidades Empresariais na Implementação do Novo Ensino Médio

Nesse capítulo discutiremos a participação dos empresários na educação pública, colocando em destaque a reestruturação em curso do Ensino Médio. Para isso, trazemos a crítica à concepção de Reforma Empresarial presente em Freitas (2018) e como esse processo ocorreu no cenário brasileiro. Apresentaremos, também, as entidades empresariais que tiveram mais influência no processo de discussão da reforma, bem como aquelas que têm se beneficiado através dela por meio de parcerias com Secretarias de Educação. Dentre elas escolhemos dar destaque à duas instituições: o movimento Todos Pela Educação (TPE) e o Instituto Unibanco, pelo alcance das atuações dessas entidades e pela participação de ambos nas audiências públicas da MP 746/2016.

4.1. A Reforma Empresarial na Educação

As modificações em curso no Ensino Médio brasileiro não são parte de um movimento isolado. Elas compõem um conjunto de medidas voltadas para adequar a educação à pedagogia do capital no contexto neoliberal. De acordo com Neves e Martins (2012), a Pedagogia do Capital consiste em:

(...) estratégias de dominação de classe utilizadas pela burguesia a fim de obter o consentimento do conjunto da população para o seu projeto político nas diferentes formações sociais concretas ao longo do desenvolvimento do capitalismo monopolista (capitalismo nos séculos XX e XXI). A estas estratégias de educação política denominamos pedagogia da hegemonia. (NEVES; MARTINS, 2012, p. 540-541)

Não é de hoje a atuação do empresariado no Estado². No entanto, na atualidade, o setor privado está cada vez mais atuante nas políticas públicas, seja de forma direta, por meio de parcerias público-privadas, ou indireta, com assessorias e consultorias oferecidas junto ao setor público. Essa inserção do setor privado na administração pública, por vezes disfarçada de luta por direitos sociais e em nome da qualidade da educação, ganha mais força social e permite que as grandes empresas consigam obter aprovação social para realizar mudanças nas

² A respeito ver: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (orgs). O público e o privado na história da educação brasileira. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005.

políticas públicas. Desde a década de 1990, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, identificamos na educação brasileira uma maior adequação aos princípios neoliberais e ampliação das parcerias público privadas, estimuladas pelas reformas de aparelhagem estatal (NEVES, MARTINS, 2012).

Essas alterações na forma de gestar o Estado se aprofundam com o neoliberalismo, doutrina ideológica que a partir de 1980 se tornou dominante mundialmente e no Brasil teve na década de 1990 sua consolidação. Ele defende, entre outras questões, que as interferências do Estado são maléficas para o desenvolvimento econômico. Para os neoliberais, “o Estado é visto como algo que atrapalha a liberdade individual de competir ao olhar para o bem-estar do coletivo” (FREITAS, 2018, p. 26). O princípio da liberdade econômica é colocado acima da própria democracia. Essa concepção transfere essa responsabilidade à iniciativa privada, logo, colocando o Estado a garantir interesses exclusivamente do mercado.

Essa visão é levada para todas as áreas da gestão pública, incluindo a educação. Sendo assim, a melhor forma de conduzir a educação, de acordo com esse princípio ideológico, é transferir essa responsabilidade à iniciativa privada. Esse preceito compõe as estratégias da Pedagogia do Capital e faz com que os serviços públicos, dos quais as instituições privadas se apropriam, deixem de ser vistos como direitos e passem a ser vistos como serviços (FREITAS, 2018).

Enxergando a educação dessa forma, as escolas funcionam como empresas. Há metas de qualidade a serem atingidas e, caso a escola não consiga alcançá-las, ela deve ser engolida por suas concorrentes, assim como ocorre no mercado empresarial. Essa qualidade é medida com instrumentos avaliativos em larga escala. Os resultados das avaliações são colocados como indicadores de qualidade e, aquelas que possuem maior nota, são consideradas as melhores. De acordo com a lógica neoliberal, as escolas com melhores notas são beneficiadas e aquelas que não obtiveram um bom resultado são punidas. Num contexto de privatização total, as famílias mais pobres, que demandariam recursos do Estado, receberiam *vouchers* e caberia aos pais escolherem as escolhas que melhor atendem seus interesses, como se pudessem dispor em suas mãos um catálogo com as melhores escolas. Para esses reformadores, a competição entre as escolas faria, por si só, com que elas melhorassem sua qualidade. O que vemos é a responsabilização das

escolas pelo seu desempenho, sem questionar o limite dessas avaliações e desconsiderando o contexto da escola, de suas condições físicas, estruturais e humanas, entre outros aspectos (FREITAS, 2018).

As avaliações de larga escala tomam como base um currículo comum que não respeita as individualidades de cada escola, região e estudante. Por ter um currículo comum, que funciona basicamente como uma receita, os maiores responsáveis pelo fracasso das escolas nas avaliações são os professores e gestores, que não souberam aplicar com eficiência as competências estabelecidas nas bases curriculares. O exemplo disso encontra-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017 para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, e em 2018 para o Ensino Médio, não foram amplamente discutidas por aqueles que de fato participam do processo educativo - professores, estudantes, gestores e comunidade escolar. Dessa forma, o conteúdo fica distante da realidade das escolas em que ele será desenvolvido, tornando assim esse um dos possíveis fatores de fracasso desses estudantes nas avaliações de larga escala. Além disso, a Base também reflete os interesses das entidades empresariais que mencionaremos no tópico seguinte, já que foi construída com base nos estudos feitos por essas entidades a respeito do que deveria ser ensinado nas escolas brasileiras.³ Tal fator transforma a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, como um instrumento de controle das entidades empresariais privadas na educação pública (FERRETI; SILVA, 2017. LOURENÇO, 2021).

Considerando o Novo Ensino Médio, é possível perceber que essa agenda empresarial está amplamente presente. Desde a participação efetiva dos empresários na discussão e aprovação do texto da reforma como na sua implementação, conforme veremos no item a seguir. Em relação a reforma curricular, e a parte destinada a formação geral referendada, que como vimos não pode ultrapassar mais de 1.800 horas do total do Ensino Médio, chegando a menos da metade de sua carga geral total, elas devem ser pautados na Base Nacional Comum Curricular, que também norteará o que será cobrado nas avaliações de larga escala. Dessa forma, há uma falsa garantia de que os jovens de norte a sul do

³ O Movimento Todos Pela Base, de grande influência na aprovação da BNCC, é bastante apoiado pelas entidades que mencionaremos. Disponível em: <<https://movimentopelabase.org.br/>>. Acessado em 28 de abril de 2022.

país aprenderão a mesma coisa e que poderão ser avaliados igualmente, pelo mesmo instrumento. No entanto, a realidade não é essa. Como visto anteriormente, cada região, escola, corpo discente e docente possui suas particularidades. É desleal encaixar todas essas particularidades em uma espécie de caixa pré-determinada partindo do preceito de que todos receberam a mesma educação. Há de se considerar os fatores econômicos e sociais das escolas e que, mesmo com uma base referendada em competências e objetivos pragmáticos voltados a responder aos testes, alguns municípios não serão capazes de cumprir a carga horária mencionada pois faltarão recursos. No entanto, essa lógica já é bem articulada. Há um processo de sucateamento do ensino público para que a privatização seja o único caminho possível, o que tem sido realizado com a entrada das entidades empresariais na educação pública.

Lourenço (2021) ao analisar a participação empresarial na aprovação da BNCC destaca o caráter altamente prescrito da base, bem como o foco na vida cotidiana do aluno, o que coloca num lugar secundário o conhecimento na formação dos alunos no Novo Ensino Médio. O autor, respaldado em Kuenzer (2017), que também mostra essa questão, afirma que “materializou-se, então, a proposta de aprendizagem flexível para garantir o desenvolvimento de competências voltadas à ideia de aprender ao longo da vida” (2021, p. 230).

4.2. Os Empresários e o Novo Ensino Médio

Para a implementação da Pedagogia do Capital e/ou Pedagogia da Hegemonia é necessária a ação dos chamados Intelectuais Orgânicos Singulares e Coletivos da Burguesia (Neves; Martins, 2012). As entidades empresariais envolvidas no processo de implementação do Novo Ensino Médio podem ser consideradas como Intelectuais Coletivos pois auxiliaram e continuam auxiliando no processo de disseminação dos ideais burgueses na sociedade. Lourenço (2021) cita essas entidades como parte da Nova Filantropia, ou Redes de governança, que são:

“(..) redes com múltiplos interesses, que vão desde a realização de doações-investimentos, passando pela promoção de uma cultura performática, chegando ao ponto de influenciar a política e a utilização de recursos públicos”. (LOURENÇO, 2021, p. 221)

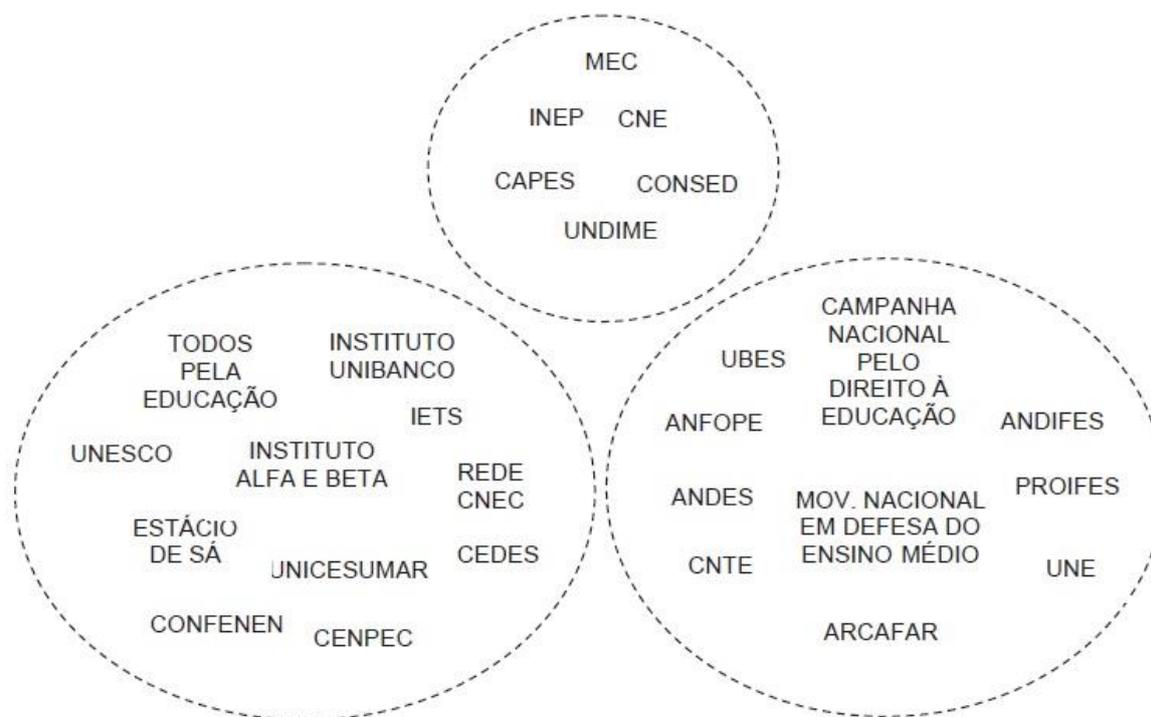
Os movimentos da Nova Filantropia e da Pedagogia da Hegemonia estão fortemente ligados. O papel de Intelectuais Coletivos dessas entidades empresariais

é legitimado pela sociedade por meio do reconhecimento de suas grandes colaborações para o desenvolvimento da educação com programas sociais e investimentos na área da educação e com o apoio da mídia (SATO; SILVA; JÚNIOR, 2020). Entretanto, o interesse dessas entidades pela educação tem objetivos bem maiores, dentre eles incidir diretamente na formação de sujeitos flexíveis que atendam às demandas do setor produtivo desde a escola básica (KUENZER, 2017), a oportunidade de obtenção de recursos públicos e a transmissão dos valores culturais e ideológicos do neoliberalismo.

Sato, Silva e Júnior (2020) chamam atenção para o fato de que, ao atuar nos bastidores das grandes reformas educacionais, as entidades empresariais garantem que o serviço público fique dependente das parcerias público-privadas pois o setor público não possui verba suficiente para implementar as mudanças planejadas. Para os autores, a atuação dessas entidades empresariais acontece:

“(...) por meio de venda de equipamentos, softwares e plataformas, bem como pelo ensino à distância, pela formação de gestores e professores, pelos serviços de avaliação, aplicação de exames, cursos, materiais didáticos, workshops, mídias, assessorias, eventos científicos e consultorias.” (PONTES apud SATO; SILVA; JÚNIOR, 2020, p. 11-12)

Várias entidades empresariais estão envolvidas na implementação do Novo Ensino Médio, conforme apresentamos no quadro abaixo. Para esse levantamento, tomamos como referência a sistematização feita por Bueno (2021), a partir dos participantes das audiências públicas do PL^o 6.840/2013 e da MP nº 746/2016. Para tal, a autora organiza um organograma localizando as entidades em que os participantes representaram em três grupos:



FONTE: Bueno (2021)

No primeiro localiza-se os órgãos governamentais, no segundo as entidades representantes do setor privado e no terceiro encontram-se as entidades e associações contrário à aprovação tanto do PL em 2013 como da MP em 2016.

No quadro a seguir, levantamos algumas das principais entidades atuantes tanto na aprovação como na implementação do Novo Ensino Médio. Fizemos buscas nos sites oficiais e documentos dessas organizações, elencando programas/projetos desenvolvidos e enfatizando os voltados para o Ensino Médio, bem como a área de atuação deles: no Ensino Médio, na formação de professores e gestores, no monitoramento, entre outros, e os estados brasileiros em que as entidades desenvolvem seus programas/projetos.

Quadro 1: Entidades Empresariais no Novo Ensino Médio

Entidade	Programa	Área de Atuação	Estados
----------	----------	-----------------	---------

Instituto Ayrton Senna ⁴	Volta ao Novo	Formação Continuada de Professores e Gestores	Adesão de 26 estados (não especificados)
	SuperAção Jovem	Formação Continuada de Professores e Gestores	Rio de Janeiro e São Paulo
	Educação Integral	Educação Integral no Ensino Médio	Rio de Janeiro e Santa Catarina
Fundação Lemann ⁵	Educar Pra Valer	Assessoria Técnica para Gestão Escolar	Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Sergipe
	Monitoramento do Avanço da Implementação da BNCC	Monitoramento	-
Instituto Natura ⁶	Educação Integral	Educação Integral no Ensino Médio (Proposta Pedagógica e Formação Continuada de Professores e Gestores)	Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe, São Paulo, Santa

⁴ Dados obtidos no site da Instituição: < <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br.html>> Acesso em: 28 de abril de 2022.

⁵ Dados obtidos no site da Instituição: < <https://fundacaolemann.org.br/>> Acesso em: 28 de abril de 2022.

⁶ Dados obtidos no site da Instituição: < <https://www.institutonatura.org/>>. Acesso em: 28 de abril de 2022.

			Catarina e Tocantins
Instituto Unibanco ⁷	Jovem do Futuro	Formação Continuada de Gestores e Professores	Ceará, Espírito Santo, Goiás, Manaus, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo
Fundação Itaú Social ⁸	Melhoria da Educação	Formação Continuada de Gestores	Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco e São Paulo
	Educação Conectada (BNDES)	Formação de Professores participantes do programa e observatório de avaliação e monitoramento	Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins
	Plataforma Polo	Formação de Professores e Gestores	-
Itaú Educação e Trabalho ⁹	Articulação Curricular e Projetos Empreendedores	Formação de Profissionais das Secretarias de Educação e Professores	Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Sergipe e Pernambuco
	Educação de Jovens e Adultos com Técnico (Ejatec)	Assessoria para desenvolvimento de Metodologias junto às Secretarias de	Maranhão e Sergipe

⁷ Dados obtidos no site da Instituição: < <https://www.institutounibanco.org.br/>>. Acesso em: 28 de abril de 2022.

⁸ Dados obtidos no site da Instituição: < <https://www.itausocial.org.br/>>. Acesso em: 28 de abril de 2022.

⁹ Dados obtidos no site da Instituição: < <https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/>>. Acesso em: 28 de abril de 2022.

		Educação	
	Itinerário Contínuo	Assessoria para desenvolvimento de Metodologias junto às Secretarias de Educação	Bahia, Paraíba e São Paulo
	Aprendizagem Profissional	Assessoria às Secretarias de Educação	Bahia
	Desenho da Política do Ensino Médio e da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	Implementação do Novo Ensino Médio e Expansão da EPT	Amapá, Bahia, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe
	Frente Currículo e Novo Ensino Médio	Monitoramento da BNCC nos currículos do Novo Ensino Médio	-
Todos Pela Educação* ¹⁰	Educação Já!	Apresentação de Propostas para a Educação Básica	-
	Dados da Educação	Monitoramento de resultados de políticas educacionais	-
	Anuário da Educação Básica	Monitoramento da Educação	-
	Formação em Políticas Públicas	Assessores Parlamentares	-

FONTE: Elaborado pela autora (2022)

*As ações realizadas pelo Todos Pela Educação são, em sua maioria, de monitoramento. Difere-se dos demais que possuem programas junto às escolas e secretarias de educação, porém atuam em todos os estados brasileiros.

¹⁰ Dados obtidos no site da Instituição: < <https://todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em: 28 de abril de 2022.

Com o levantamento realizado percebemos que são várias entidades empresariais envolvidas com o Ensino Médio e sua reformulação. Citamos a Fundação Lemann, fundada pelo empresário Jorge Paulo Lemann, o homem mais rico do Brasil de acordo com a Revista Forbes¹¹, o Instituto Ayrton Senna, que possui parceria com diversas secretarias de educação e atua em diferentes frentes na educação pública brasileira, a Fundação Itaú, que esteve presente nas discussões da reforma do novo ensino médio e também na construção da BNCC, o Sistema S, que se beneficia diretamente da reforma com o itinerário formativo de formação técnica e profissional, entre outros.

Ao levantarmos as informações sistematizadas acima, nos chamam a atenção ao menos duas questões: o número elevado de programas e o alto grau de abrangência, envolvendo muitas secretarias de educação, escolas, professores e estudantes, bem como o fato de muitos programas serem voltados à formação de professores, mostrando a interferência incisiva das entidades empresariais junto aos professores.

Dentre as entidades mencionadas, destacamos duas delas para discutir nesse momento da monografia: o movimento Todos Pela Educação - TPE e o Instituto Unibanco. O TPE talvez seja a entidade de maior influência, já que consiste num conglomerado de instituições e se considera uma associação apartidária que recebe recursos de grande parte das maiores empresas e empresários do país, segundo informações obtidas no site da instituição.¹² Alguns exemplos de mantenedores do TPE são: Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho e o Itaú Social. Tais constatações são importantes para perceber que esses organismos estão interligados e que enxergam na educação uma grande fonte de investimento e de renda.

O TPE foi fundado em 2005 por empresários a fim de criar uma maior capacidade competitiva no país por meio da melhoria da qualidade da educação, porém restrita a metas padronizadas pelas avaliações em larga escala. Ele foi bastante ativo no debate da reforma do Ensino Médio. Além de ser bastante atuante

¹¹ É importante mencionar que o fundador da Fundação Lemann, o empresário Jorge Paulo Lemann, também é dono de um dos maiores conglomerados de educação do mundo, de acordo com a revista Istoé Dinheiro, o grupo Eleva Educação.

¹² Disponível em: < <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>>. Acessado em: 22 de abril de 2022.

na área de pesquisa sobre a educação básica brasileira, a organização possui o apoio de vários parlamentares e, por esses motivos, foi convidada a participar da 5ª audiência pública da discussão da MP nº 746/2016, realizada em 09 de novembro de 2016. O representante da instituição na ocasião, o diretor-executivo Olavo Nogueira, defendeu a aplicação da reforma por Medida Provisória pois, segundo ele, o debate já estava sendo realizado desde 2013. Nogueira também apresentou uma pesquisa realizada pelo TPE que mostrava quais conteúdos os estudantes do Ensino Médio gostariam de aprender. De acordo com a pesquisa, os conteúdos eram voltados às áreas de Educação Empresarial, noções de ética, como comportar-se em uma entrevista e assuntos mais práticos.

Essa pesquisa, inclusive, foi criticada por Mônica Ribeiro da Silva, professora da Universidade Federal do Paraná e representante do Movimento em Defesa do Ensino Médio, que também esteve presente na referida audiência. Mônica mencionou que, à época, realizava pesquisas no Observatório do Ensino Médio e que seus resultados diferiam daqueles apresentados pelo TPE. De acordo com a professora, os conteúdos que os jovens mais queriam aprender eram relacionados à geopolítica, política internacional e nacional e desigualdades sociais. O diretor-executivo também apontou alguns pontos que ainda careciam de debate na reforma e, dentre eles, evidenciou a formação de professores. De acordo com ele, o fator principal na qualidade de ensino é a qualidade dos professores.

A fala do diretor-executivo do TPE nessa audiência demonstra a visão do grupo a respeito da educação e vai de encontro ao defendido pela lógica neoliberal. Segundo o Todos Pela Educação, recai sobre os professores a responsabilidade de promover uma educação de qualidade e, se ela não for atingida, a categoria será a responsável pelo fracasso escolar. Outro ponto que apresenta a concepção de educação do TPE é o foco dado pela instituição ao empreendedorismo no Ensino Médio. Tal fator demonstra que a finalidade da educação para esse grupo se encaixa na definição de Martins e Pina (2014):

“(...) desenvolver as chamadas “competências” consideradas úteis para que os alunos possam ser integrados ao mundo contemporâneo de forma produtiva e empreendedora. Para tanto, o professor deve ensinar a partir das pedagogias do ‘aprender a aprender’ como definido no projeto hegemônico da educação, distanciando o conhecimento sistematizado das necessidades humanas reais, oferecendo às massas trabalhadoras uma escolarização funcional às relações sociais capitalistas.” (MARTINS; PINA,

2014, p. 105)

O debate da reforma do Novo Ensino Médio, como visto anteriormente, antecede a MP 746/2016 e até mesmo o PL 6.840/13. Segundo Freitas (2018), em 2010 foi publicado um documento intitulado “A Transformação da Qualidade da Educação Básica Pública no Brasil”, organizado com o apoio de várias entidades empresariais tais como o Instituto Natura e a Fundação Bradesco. O documento foi montado com base no debate realizado por 12 especialistas em Educação Pública convidados para o evento “Propostas Transformadoras para a Melhoria da Qualidade da Educação Básica”, organizado pelas entidades mencionadas, entre outras. Nele, são apresentadas seis ações a serem realizadas a fim de melhorar a qualidade da educação brasileira, sendo elas:

“1) Reestruturação da formação e da carreira do magistério; 2) Criação de um currículo mínimo nacional e aperfeiçoamento das avaliações; 3) Reforma da estrutura da escola e novos sistemas de ensino; 4) Fortalecimento da liderança e da capacidade de gestão nas escolas; 5) Reforma do Ensino Médio; 6) Reforço das políticas de investimento (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 4)

Esse documento serviu como base para as mudanças realizadas no Ensino Médio do Estado de São Paulo no ano de 2011. As seis ações mencionadas refletem o ideal de sociedade proposto pelo neoliberalismo (FREITAS, 2018).

As proposições do documento mencionado também estão de acordo com o que é defendido pelo Banco Mundial. Segundo Sato, Silva e Júnior (2020), há um documento da instituição do ano de 2011 que diz que, para que o Brasil possa realizar avanços econômicos e sociais, é preciso investir em aumento de carga horária, em parcerias público privadas e na mercantilização da educação. Ainda de acordo com os autores, o verdadeiro interesse dessas grandes instituições no avanço da qualidade da educação é a melhoria da produtividade e da competitividade. Além desse documento, essas entidades também cumprem seus papéis como Intelectuais Orgânicos Coletivos realizando ações que visam mostrar à sociedade que a forma com que elas enxergam a educação é o melhor caminho para o desenvolvimento do Brasil.

A segunda instituição que colocamos em destaque é o Instituto Unibanco. O Instituto, fundado em 1982, presta serviços de forma gratuita para a comunidade

escolar (Secretarias de Educação, escolas, professores e estudantes).¹³ Suas ações são voltadas especificamente ao Ensino Médio. De acordo com Souza e Piolli (2022), essa etapa de ensino é a mais visada pelo Instituto e por outras entidades empresariais pois as entidades apostam que o êxito nesse nível de ensino pode proporcionar a redução da pobreza. Seguindo a lógica implementada pela ideologia dessas entidades, os estudantes que possuíram um bom aproveitamento no Ensino Médio são aqueles que conseguiram boas notas e, principalmente, conseguiram se inserir no mercado de trabalho. No entanto, por trás dessa lógica meritocrática estão uma jornada de trabalho exaustiva, condições de trabalho precárias, empregos que não exigem tanto da capacidade intelectual dos trabalhadores, também salta aos olhos a ideia de que a última etapa da educação seria, para a maioria dos jovens da classe trabalhadora, o Ensino Médio, sem uma proposta de continuidade dos estudos no Ensino Superior.

Apesar de ter sido fundado há 40 anos, o Instituto Unibanco começou a solidificação de sua grande influência na educação a partir de 2003, com a criação do programa “Construindo o Futuro”, que visava promover cursos profissionalizantes aos jovens de classes mais baixas para que conseguissem empregos em áreas conhecidas por suas condições de trabalho precárias, como telemarketing (SOUZA; PIOLLI, 2022, p. 17). Em 2006, o Instituto Unibanco dá mais um salto em direção a sua parceria público-privada com o projeto “Jovem do Futuro”. O Programa, que talvez seja o de maior impacto do Instituto na educação pública do país, fornecia recursos que não eram providos pelo Estado às escolas, como obras de infraestrutura, construção de laboratórios e investimento de tecnologias, além de formar professores com base nos valores que a Instituição acredita serem benéficos para a sociedade. Em troca, garantia que os jovens receberiam uma educação pautada nesses valores na intenção de manter a hegemonia do capital na sociedade (SOUZA; PIOLLI, 2022) Como visto no Quadro 1, o Programa se realiza em 11 estados brasileiros, agora na formação de gestores da educação e prestando assessoria para implementação do projeto nas Secretarias de Educação. O método de aplicação do Jovem do Futuro é chamado de “Circuito de Gestão” e é dividido em 6 etapas: Pactuação de Metas, Planejamento, Execução, Avaliação de

¹³ Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/sobre-nos/>> Acesso em 30 de abril de 2022.

Resultados, Compartilhamento de Práticas e Correção de Rotas. Segundo informações da página do Jovem do Futuro no site da Instituição¹⁴, para que essa implementação dê certo é recomendado que a parceria entre Instituto Unibanco e Secretaria de Educação dure 3 fases, totalizando 8 anos.

Ainda de acordo com Souza e Piolli (2022), o “sucesso” do Jovem do Futuro rendeu ao Instituto Unibanco uma parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o SAE, em 2015. O Instituto foi convidado pela então presidenta Dilma Rousseff (PT) a participar da elaboração preliminar do documento Pátria Educadora. Tal fato demonstra que a instituição conquistou um espaço de prestígio quando o assunto é desenvolver políticas públicas de educação. Dessa forma, não é surpresa que o Instituto Unibanco foi um dos convidados para participar das audiências públicas de discussão da MP nº 746/2016, mais especificamente a 4ª reunião, realizada no dia 08 de novembro de 2016. O representante da Instituição Ricardo Henriques, superintendente do Instituto, explicitou em sua fala que se preocupava com o instrumento de medida provisória por conta da sua dificuldade de adesão entre a comunidade e as escolas. Ademais, mencionou que a distribuição da carga horária é suficiente para dar conta dos conteúdos da base e dos itinerários formativos e que a formação inicial de professores é um ponto que merece bastante atenção para que a reforma dê certo. De acordo com Ricardo, a ideia do ofício do professor está perdida nos cursos de pedagogia do país, tanto das faculdades públicas quanto particulares. Para ele, é necessário que se invista em um currículo mais voltado ao como fazer, às práticas pedagógicas e às metodologias de ensino.

Em suma, tais fatores refletem como as grandes empresas têm atuado nos bastidores da reforma. Há um grande interesse por parte dessas entidades em formar força de trabalho especializada para as demandas do mercado e da manutenção de um status quo modernizado (FREITAS, 2018), em que a lógica é que as classes mais baixas não possuam acesso à uma educação crítica, mas sim voltada à sua aplicação no mundo do trabalho. De acordo com Souza e Piolli (2022):

“A afirmação de que a ‘educação é o caminho mais efetivo para se promover a inclusão social’ precisa ser contestada. O modo de produção

¹⁴ Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/como-funciona/>> Acessado em: 30 de abril de 2022.

capitalista e sua organização societária é, em sua essência, excludente, não permitindo a inclusão de todos os segmentos e camadas sociais. As desigualdades são a base da exploração, da concentração e centralização de capitais e da riqueza, da formação das classes sociais, da divisão técnica-hierárquica-social do trabalho (trabalho manual e trabalho intelectual são separados, sendo que, apesar da especificidade de cada um, complementam-se e requerem-se mutuamente), da formação do Estado para legitimar a propriedade privada, criando os aparatos jurídico-político-administrativo-militar-ideológicos que garantem a reprodução da sociabilidade do capital.” (SOUZA; PIOLLI, 2022, p. 19-20)

Dessa forma, autores como Martins e Pina (2015), Lourenço (2021), Freitas (2018) e tantos outros apontam que o problema da educação no Brasil, que de fato existe, não será resolvido apenas com uma reforma curricular. Segundo Freitas, inclusive, esse problema só será resolvido a partir da superação da hegemonia do capital, em que as escolas formarão seus estudantes como uma perspectiva de transformação social e humanização.

5. Conclusão

Diante do exposto, é possível concluir que a Reforma do Ensino Médio foi direta e indiretamente influenciada pelas grandes empresas. No entanto, essa influência já vem sendo aplicada há algum tempo, graças à hegemonia do capital da Pedagogia do Capital e às parcerias público-privadas, que se expandiram na atualidade.

As grandes entidades empresariais pesquisadas possuem relações entre si através de projetos espalhados pelo Brasil e que são financiadas por elas. Essas ligações, muito bem articuladas, garantem que os interesses dessas partes sejam replicados na sociedade. Além disso, as mudanças propostas por eles recebem aceitação por parte da população por conta do discurso a favor da educação que essas entidades promovem. O serviço público, que tem muitos limites estruturais, muitas vezes não possui acesso ao básico, e acabam legitimando a atuação dessas empresas pois elas realizam o trabalho que deveria estar sendo feito pelo Estado.

A relação público-privada também é refletida na política. É possível ver no site do Todos Pela Educação, um dos maiores conglomerados educacionais na atualidade atuando no campo da educação, que, apesar de se considerar uma associação apartidária, o organismo recebe apoio de vários políticos e tem clara sua concepção educacional alinhada a pedagogia do capital. Essa relação ficou bastante clara após percebermos que foi dado um lugar de destaque a essas entidades nas discussões tanto do PL 6.840/2013 quanto da MP nº 746/2016. Ainda é importante mencionar que o mesmo destaque, no entanto, não foi dado a quem de fato sentiria os impactos da reforma. Os estudantes e docentes, como visto anteriormente, pouco tiveram espaço para expressar suas considerações acerca do assunto.

Ademais, é possível concluir também que esse processo faz parte de uma agenda neoliberal que pretende formar força de trabalho para as demandas do mercado capitalista. O alinhamento da formação dos trabalhadores às exigências da acumulação flexível é bastante evidente na reforma do Ensino Médio, a qual foca numa concepção prática do aprender. Aquelas disciplinas que não possuem aplicação prática direta e pragmática, como as ciências humanas, são marginalizadas e classificadas como menos importantes. Isso contribui para o fato

de que, ao não refletir sobre sua própria realidade, os sujeitos da classe trabalhadora não serão capazes de promover organizações entre si para lutar por melhores condições de vida e, conseqüentemente, lutar contra a hegemonia do capital.

Outro ponto de destaque da pesquisa diz respeito à implementação sutil dessa concepção. O discurso meritocrático de que o sucesso de cada um só depende de si tem se tornado cada vez mais frequente e endossado pela sociedade. Há uma falsa noção de que aqueles que conseguiram alcançar algum tipo de sucesso só o fizeram porque souberam aproveitar as oportunidades que lhes foram dadas ao longo na vida, quando na verdade esse sucesso depende de muitas outras variáveis.

Não é possível pensar que a educação sozinha transformará a sociedade enquanto tivermos pessoas que lutam para ter o básico. Não é justo colocar uma criança que possui acesso à educação de qualidade, moradia, lazer, comida e cultura para competir nas mesmas condições que uma criança que não possui casa ou que não possui um lar estruturado, somente tendo em base que as duas aprenderam a mesma coisa por conta da existência de uma Base Nacional Comum Curricular. É necessário que as autoridades se atentem ao fato de que o avanço da qualidade de fato da educação no país depende da luta pelo fim das desigualdades sociais, dizendo que elas, no caso a educação, resolverão sozinhas problemas sociais estruturais. O caminho que tem sido percorrido até então demonstra que essa forma de enxergar a educação tem colaborado para o aumento das desigualdades, e não para diminuí-lo.

Sendo assim, é necessário lutar contra essa hegemonia do capital oferecendo uma educação emancipadora aos educandos, para que eles sejam capazes de questionar sua realidade e lutar por condições dignas de trabalho e de vida.

Os resultados da pesquisa nos fazem questionar outros pontos que estão relacionados à atuação das empresas no Ensino Médio, tais como: a atuação dessas empresas na educação básica de forma geral, no uso de tecnologias nas escolas e sua colaboração – ou não – na formação crítica dos educandos, e a utilização de livros didáticos vinculados à perspectiva neoliberal (nesse ponto, ainda, podendo explorar as grandes editoras que tem se beneficiado a partir desse

processo). Essas associações temáticas nos ajudam a perceber que a influência das grandes empresas na Educação Pública é grande e que não acontecem há pouco tempo, o que nos instiga a continuar pesquisando a respeito do tema.

6. Referências

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A Fábrica do Sujeito Neoliberal**. In: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 321 – 376.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Audiências Públicas**. Reuniões dos dias 19/10/2016, 25/10/2016, 01/01/2016, 08/11/2016, 09/11/2016, 16/11/2016, 22/11/2016, 23/11/2016, 24/11/2016, 28/11/2016, 29/11/2016, 20/11/2016. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2065>. Acesso em 21 de março de 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2021>. Acesso em 5 de maio de 2022.

BUENO, Alana. **A reforma do Ensino Médio: do projeto de lei nº 13.415/2017**. 2021. Dissertação (Mestrado em educação. Programa de Pós-graduação em Educação), UFPR, Curitiba, 2021.

FERRETTI, Celso; SILVA, Monica Ribeiro. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputa por hegemonia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.385-404, abr.-jun., 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KUENZER, Acácia. **Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime da acumulação flexível**. Ed. Soc. Campinas, v.38, nº 139, p. 331-354, abr-jun, 2017.

LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (orgs). **O público e o privado na história da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005.

LOURENÇO, Henrique da Silva. (2021). **Tempo político, novo Ensino Médio e Conhecimento**. *Revista Trabalho Necessário*, v. 19 n. 39, p. 211-235, 2021.

LEHER, Roberto. 25 anos de Educação Pública: notas para um balanço do período. In: ANTUNES, Ricardo; LEHER, Roberto; BAHIA, Ligia. **Trabalho, Educação e Saúde: 25 anos de Formação Politécnica no SUS**. Rio de Janeiro: Atelier das Letras, 2010. P. 29-72.

MARTINS, André Silva. A Educação Básica no Século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 4, nº 1, p. 21-28, jan-jun, 2019.

MARTINS, André Silva, PINA, Leonardo Docena. Crítica à concepção empresarial de educação: uma contribuição da Pedagogia Histórico-Crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, nº 1, p. 100-109, jun. 2014.

MEC. O Novo Ensino Médio. 2022 Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/03/NovoEnem-MEC-17mar2022.pdf> Acesso em: 18 de abril de 2022.

NEVES, Lucia; MARTINS, André. Pedagogia do Capital. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo e Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012, p. 540 – 547.

PARCEIROS DA EDUCAÇÃO. (16 de dezembro de 2010). **A transformação da qualidade da educação básica pública no Brasil**. Acesso em 28 de abril de 2022, disponível em [ISSUU: https://issuu.com/casadosaber/docs/a_transforma__o_da_qualidade_da_educa__o_no_brasil](https://issuu.com/casadosaber/docs/a_transforma__o_da_qualidade_da_educa__o_no_brasil)

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. Redes dentro de redes e as novas alianças entre Estado e Mercado. **Educere Et Educare**, Paraná, v. 15, nº 37 out-dez, 2020

SATO, Cristiane Akemi; SILVA, Maria Abádia; JÚNIOR, Geraldo Coelho de Oliveira. O Ensino Médio diante das expectativas dos empresários. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 22, p. 1-21, 2020.

SILVA, Monica Ribeiro; SCHEIBE, Leda. Reforma do Ensino Médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, v. 11, nº 20, p. 19-31, jan/jun, 2017.

SOUZA, Iael de; PIOLLI, Evaldo. (Re)nova(da) Pedagogia do Capital – Instituto Unibanco e o Empresariamento da Educação. **Cadernos Cajuína**, v. 7, nº 1, 2022.